

Notas e Informações

ESTADO DE SÃO PAULO

A reforma, pois!

É admirável a capacidade que os *albaneses* têm de dizer que os democratas são os inimigos do Brasil. Enquanto os democratas — raros exemplares de uma espécie que alguns reputam quase extinta — dão tratos à bola para saber como será possível fazer do Brasil uma potência com a Constituição que está sendo votada a toque de caixa e em clima de festa, os *albaneses* insistem em denunciar os “inimigos do povo”: o Diap — Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar — promete distribuir um livro (talvez seja um Livro Branco), no qual irá arrolar quem votou a favor e quem votou contra as causas trabalhistas. Os cartazes que a CUT fez distribuir durante o primeiro turno de votação levaram o pânico às hostes do Centrão, nada aguerridas; como o Brasil é um país com grande número de analfabetos, que tenderão a ser cada vez mais numerosos, é possível que os que pretenderam defender a economia de mercado e acabaram se metendo na camisa de onze varas que foi a definição da “empresa nacional” sintam-se mais tranquilos. Serão poucos os que saberão quais os nomes denegridos pelos *albaneses*.

O nacionalismo xenófobo conseguiu fechar o cerco à economia brasileira, remetendo à lei ordinária a maneira de definir os privilégios que o Poder Público concederá, na compra de bens e serviços, às empresas brasileiras de capital nacional. O acordo feito em torno do § 2º do art. 177 não altera a essência das coisas; simplesmente prolonga a agonia do país e talvez leve empresas que fornecem ao Poder Público a adotar a decisão de investir pouco, ou nada, até que tudo se esclareça em torno desse assunto da maior relevância econômica não só para as empresas como para o Brasil.

A guerra ao progresso não tem apenas neste malfadado artigo 177 o seu símbolo. Praticamente todo o capítulo I do título VII da futura Carta Magna consagra o desejo da classe política de isolar o Brasil do mundo. A distinção entre as empresas brasileiras de capital nacional e as de capital estrangeiro é acintosa para quem corre riscos ao investir num mercado ainda governado por ideologias. A restrição a que a Petrobrás faça novos contratos de risco traz em si o perigo, diante da crise do setor externo e da necessidade de reduzir o déficit

público internamente, de reduzir a prospecção de petróleo, fazendo o Brasil ainda mais dependente do mercado externo. A xenofobia imposta ao setor mineral impedirá que se apliquem no setor, vindos do exterior como capital de risco, dezenas, senão centenas de milhões de dólares indispensáveis a que o potencial mineral do Brasil se transforme em riqueza efetiva.

Os *albaneses* souberam trabalhar bem os outros, os que se dizem defensores da livre iniciativa: em muitos setores do empresariado já se começa a cantar loas à generosa obra realizada pela Assembléia Nacional Constituinte. É pena que no recinto da augusta Casa encarregada de elaborar a lei definidora dos rumos da economia brasileira, e em muitos círculos empresariais brasileiros (*nacionais* como não poderiam deixar de ser) não se tenha atentado para duas verdades: uma, que os *albaneses* que estão na SEI pouca importância dão à reserva de mercado quando se trata de dar ao Executivo meios de controlar os contribuintes, no tácito reconhecimento de que a reserva de mercado para a informática prejudicou o Estado todo-poderoso. Outra, aquela mais cozinha ainda: a economia hoje é global. Globalizou-se não apenas porque a tendência do processo produtivo moderno é ocupar mais e mais espaços, como também porque a tecnologia impõe a derrubada das fronteiras.

Os professores de Relações Internacionais e Direito Internacional Público discutem há anos se a noção de *soberania* que o Ocidente elaborou a partir do século XVI é ainda válida à luz do avanço tecnológico. Enquanto isso os constituintes endeusam o Estado soberano, fechado em suas fronteiras, esquecidos de alguns exemplos (que citamos de discurso do secretário de Estado George Shultz em sua última viagem à América Latina): a aldeia indígena de Ocabamba, no topo dos Andes, recebe programas via satélite desde Buenos Aires; no Brasil Central, os produtores de soja recebem informação diretamente da Bolsa de Mercadorias de Chicago, por meio de computadores; homens de negócio, no Rio de Janeiro, vendem um supermercado para Moscou; Trinidad está vendendo adubo para a Índia; a Venezuela vende uma mistura de óleo e água (*Orimulsion*) para o Japão, que

a emprega para abastecer usinas elétricas. Quantos outros exemplos poderiam ser dados dessa internacionalização da economia? E quantos poderiam ser citados para comprovar a tese segundo a qual a regulamentação da economia e a concessão de muitos chamados “direitos sociais”, além do fortalecimento do corporativismo em todos os níveis econômicos e sociais está fazendo decair a produtividade de muitas empresas nos Estados Unidos e na Europa Ocidental?

Nada disso interessa aos *albaneses*. Eles estão instalados no poder e os empresários nacionais que não rezarem por sua cartilha serão equiparados, pela lei que eles farão, aos estrangeiros. Por outro lado, os ministros de Estado que demonstrarem alguma independência diante dos novos “donos do poder” — a nova e sinistra aliança entre os *albaneses* da classe política, os empresários do mercado cativo, os burocratas das estatais que não querem perder privilégios, os líderes sindicais que contam com o duplo imposto sindical para manter suas posições de prestígio e para continuar intimidando o empresariado, afora os militares que pensam como se estivessem em Moçambique — os ministros que se opuserem a esses novos “donos do poder” serão censurados pela Câmara e terão de ir embora.

O grave não é que a nova Constituição tenha inviabilizado o país. Ela inviabilizou a idéia do Direito e da Constituição. Fez isso na medida em que os brasileiros que não se deixarem embair pelo canto de sereia dos *albaneses* encontrarão, como já fazem, hoje, caminhos para produzir e viver por debaixo da terra e da “constituição albanesa”. Essa prática, que faz parte da vida, desmoraliza as instituições e descredita o Direito, sem o qual não há sociedade moderna que possa subsistir. Daqui para a frente, graças aos *albaneses*, o Brasil enfrentará duplo dilema: o primeiro é que se não quiser ficar para trás, se não desejar perder o trem da história, deverá reformular sem demora a Constituição para permitir à economia brasileira tornar-se competitiva; o segundo é que a menos que se queira eliminar das relações sociais a idéia da validade do Direito, é preciso reformar desde já a Constituição que precipita todos na economia informal. Antes que seja tarde, cabe reformá-la, pois!!!